

6

Cidadanias Negadas: Os Jovens em Territórios com Unidades de Polícia Pacificadora - Rio de Janeiro

Mary Garcia Castro

Socióloga; professora da Universidade Católica de Salvador-Programa de Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea e no Mestrado em Política Social e Cidadania; Pesquisadora da FLACSO-Brasil e do CNPq; bolsista da FAPERJ; co-coordenadora do NPEJI (Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Culturas e Cidadanias) - CNPq/UCSAL. (castromg@uol.com.br).

Miriam Abramovay

Socióloga; pesquisadora; Coordenadora da área de Juventude e Políticas Públicas da FLACSO-Brasil, membro do NPEJI (Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Culturas e Cidadanias) - CNPq/UCSAL; Doutora em Educação pela Faculdade de Lyon 2 – França e Pós-Doutoranda da CLACSO; Bolsista da FAPERJ. (mabramovay@flacso.org.br)

RESUMO

Revisita-se estudo que realizamos em 2011 com jovens em favelas com UPPs- Unidade de Polícias Pacificadoras, programa de segurança pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro em que se pretendia, segundo documentos oficiais, substituir as incursões bélicas nas favelas em nome do combate do tráfico de drogas, por instalação de batalhões. O objetivo deste artigo é explorar como as favelas em que vivem os jovens são por eles retratadas, cidadanias vividas e negadas, considerando condições de vida como escolaridade, trabalho, nível sócio econômico das famílias, percepções sobre as UPPs, o que eles indicam como principais problemas das áreas em que vivem, expectativas quanto ao Governo-retorno da Copa e das Olimpíadas para as suas 'comunidades'- e, em especial, como as violências se fazem presente de forma latente e manifesta em seus relatos. Explora-se dados de um survey com jovens em comunidades com UPPs, discutindo singularidades e comunalidades de percepções e situações quando se controla sexo/gênero; ciclos etários quinquenais na coorte de 15 a 29 anos; 'classe social'; rendimento médio familiar e escolaridade. Acessa-se representações sobre violências em especial institucionais e sentidos do programa policial para os entrevistados.

Palavras-chave: Juventudes. Violências. Favela. Política de segurança. UPPs.

ABSTRACT

We revisit study we developed in 2011 with young people in slums with a Security Rio de Janeiro Government Program called UPPs-Peacekeeping Police Unit. In this program, police battalions are based in slums, intending, according to official documents, to avoid violence related to drug trafficking. However, an institutional violence is set, an occupation that does not take into account people's will and social needs. The purpose of this article is to explore how young persons represent the slums where they live and the UPPs. The concept of denied citizenship is proposed considering living conditions, schooling, work, social economic family level, perceptions about the UPPs, as well as about national projects as the World Cup and the Olympics. Data from qualitative research and from a survey with young people in communities with UPPs are analyzed, taking into account socio demographic variables such as sex/gender; age cohorts; social class'; family income and education.

Keywords: Youth. Violence. Life conditions in Rio de Janeiro slums. Security program. UPP.

APRESENTAÇÃO

Este artigo decola de estudo que realizamos (Abramovay e Castro-coord.) em 2011 com jovens em favelas com UPPs- Unidade de Polícias Pacificadoras¹, programa de segurança pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro em que se pretendia, segundo documentos oficiais, substituir as incursões bélicas nas favelas em nome do combate do tráfico de drogas, por instalação de batalhões.

Pretendia-se a retomada de territórios do tráfico de drogas, mas não necessariamente seu combate, e garantir a presença do Estado nesses, por uma tática de “polícia por aproximação” (ver site mencionado na nota 2) e que teria contato mais direto e menos hostil com a população local assim como a instalação de equipamentos e serviços urbanos nessas favelas.

O objetivo deste artigo é explorar como as favelas em que vivem os jovens são por eles retratadas, cidadanias vividas e negadas, considerando condições de vida como escolaridade, trabalho, nível sócio econômico das famílias, percepções sobre as UPPs, o que eles indicam como principais problemas das áreas em que vivem, expectativas quanto ao Governo-retorno da Copa e das Olimpíadas para as suas ‘comunidades’ - e, em especial, como as violências se fazem presente de forma latente e manifesta em seus relatos.

Embora a referência da pesquisa seja 2011, pouco mudou no cenário urbanístico social dessas favelas e, quadro similar ao registrado em termos de equipamentos e serviços, predominando paisagens dominadas pelo lixo, insalubridade, difícil circulação para os não iniciados na convivência com o íngreme, o escuro, o desrespeito cotidiano e a negação ao direito democrático básico, de circular em áreas sem riscos. Entre os possíveis riscos, o Estado, que continua se fazendo presente pelo seu braço armado, a polícia. É comum nos enfrentamentos com o tráfico ou na busca por suspeito, morrerem tanto militares como civis, moradores das favelas. A polícia no Rio de Janeiro, como se registra quase

¹O Programa do Estado do Rio de Janeiro “Unidades de Polícia Pacificadora” consiste na instalação de unidades policiais em comunidades tidas como violentas e ‘dominadas’ pelo tráfico de drogas, é assim descrito em site oficial desse governo: “Inspirado numa experiência bem-sucedida na área de Segurança Pública em Medellín, na Colômbia, o programa do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que deu origem às UPPs, começou a funcionar em 19 de dezembro de 2008, quando foi instalada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora, no Morro Santa Marta, no bairro de Botafogo, na Zona Sul. Desde então, 37 UPPs já estão implantadas e, ainda em 2014, a previsão é de que sejam mais de 40. Em junho de 2013, a Polícia Pacificadora contava com um efetivo de 9.293 policiais. Esse quantitativo deve chegar a 12,5 mil até 2014.

As UPPs em operação abrangem 257 comunidades e beneficiam mais de 1,5 milhões de pessoas das áreas pacificadas. Até 2014, serão beneficiadas outras comunidades, abrangendo mais 860 mil moradores das Zonas Norte e Oeste do Rio, Baixada Fluminense e outras cidades com grande concentração urbana” In **UPP - Unidade de Polícia Pacificadora** - www.upprj.com/index.php/faq, consultado em 19.4.2014

diariamente nos jornais do país, volta aos métodos tradicionais, pautados em violências, combinando agora ‘ocupação’, expressão de moradores das favelas, ou seja batalhões estacionados nas favelas e rondas cotidianas ostensivas com incursões bélicas, inclusive em alguns casos com apoio de forças auxiliares.

Por exemplo, em 21.3.2014, em jornal de ampla circulação no país, “O Globo” se lê: *Sete favelas com UPPs sofreram ataques em 2014. Deste total, seis comunidades fazem parte de complexos de favelas. Somente nos Conjuntos da Penha e Alemão, quatro PMs[policiais militares] morreram. E em 21 de abril o corpo de um jovem dançarino é encontrado morto na favela de Pavão- Pavãozinho:*

Policiais da 23° BPM (Leblon) foram acionados nesta terça-feira (22) para uma confusão na Unidade de Polícia Pacificadora do Pavão-Pavãozinho, na Zona Sul do Rio. Segundo a Coordenadoria de Polícia Pacificadora, moradores fizeram um protesto após o corpo do dançarino Douglas Rafael da Silva Pereira, de 26 anos, conhecido como DG, do programa "Esquenta" [da TV Globo], ser encontrado na comunidade.

Moradores das favelas mencionadas na nota acima afirmam que o jovem trazia marcas de espancamentos e tiros, e que teria sido assassinado por policiais das UPPs quando confundido com traficante. No enfrentamento que se seguiu entre moradores e policiais morre por “bala perdida” mais um jovem morador da favela.

Note-se que a partir de dezembro de 2008, o programa UPP viria sendo instituído no Rio de Janeiro como uma experiência militar, com proposta de restituição do controle social e político, econômico de áreas, principalmente na Zona Sul e em bairros de classe média da Zona Norte. Para vários pesquisadores não ao azar as UPPs seriam implantadas em áreas que rodeiam o circuito de megaeventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, o que é compartilhado por depoimentos de vários moradores das favelas.

A seguir se discute cenários ideológicos que segregam áreas, como no caso do Brasil, as favelas e periferias, ou seja o estigma espacial de componentes do urbano. sua relação com violências, aterrizando em outro capítulo no caso da cidade do Rio de Janeiro, antes de adentrar especificamente na Pesquisa base deste artigo, ou seja como os jovens retratam sua comunidade, o Estado, e seu aparato mais próximo, a polícia e as UPPs, entrelaçando vivências e idealizações.

Como no teatro grego, ao se montar esta peça sobre ambiências sociais vividas por jovens e retratações sobre as favelas em que vivem, no fundo o coro ironiza “mas o que são violências, e qual o lugar do Estado como agente dessas?” Ao leitor, a resposta.

O ESTIGMA ESPACIAL DOS GRANDES CENTROS URBANOS, CIDADANIAS E VIOLÊNCIAS.²

O estigma territorial no cotidiano traz marcas indelévels. O preconceito em relação ao local de moradia produz uma generalização em relação aos moradores do bairro, da favela. O discurso político e da mídia engendra uma imagem negativa de determinadas localidades, que macula também seus habitantes.

Para Loic Wacquant (2008) a fixação e estigmatização territoriais, são características dessa pseudo “marginalidade urbana”, construtos que servem para compreender a dimensão espaço. O estigma territorial incita o Estado a adotar políticas específicas, derogatórias do direito comum e da norma nacional, que na maior parte das vezes reforçam a dinâmica de marginalização que pretendem combater, em detrimento dos habitantes. A carga simbólica que pesa sobre esses locais, conhecidos e difamados, distorce e distende as relações sociais cotidianas. As reverberações territoriais são claras pela concentração espacial da pobreza, conjugando as exclusões de classe e de raça. As classes populares são condenadas cada vez mais às áreas degradadas e desatendidas e sobrevivem lidando com diversos tipos de problemas. Contudo, uma perversa dialética se realiza como mais se demonstra no plano do empírico, da Pesquisa, a defesa do seu território, do que denominam a “comunidade”.

Silva (2010) reforça a questão das consequências da segregação espacial, apontando que as favelas, são geralmente áreas públicas abandonadas, onde o Estado não assumiu suas funções. E esse descaso do Estado pode resultar na cooptação e aproximação, por parte de segmentos da população a grupos criminosos, considerando que muitas vezes, esses grupos são reconhecidos por alguns moradores como a autoridade reguladora da ordem local naquele território. Desta forma, para a autora a ausência do Estado possibilita o desenvolvimento do tráfico de drogas.

A relação entre Estado e tráfico de drogas no Brasil é discutida por Benevides (2011), que afirma que o Estado, como política de segurança pública, no combate ao tráfico de drogas, não resultou na modificação da realidade do tráfico, mais reforçando a lógica da discriminar e criminalizar a pobreza.

Cidadania

O conceito de cidadania se confunde com o de direitos humanos, passando pelo direito à cidade. Reconhece-se hoje que no plano de direitos há muitos tipos de cidadania,

²Esta seção contou com a colaboração de Marisa Fefferman

considerando avanços democráticos e o reconhecimento de múltiplos sistemas que colaboram para as desigualdades sociais além dos referidos a classes sociais, como o racismo, o sexismo, o ‘adultismo’, ou poder dos adultos em relação aos jovens, e outros, como a segregação sócio-espacial, exclusão a possibilidades de expressões culturais e de participação. Por outro lado vale também o reconhecimento da importância dos tipos de cidadania referidos na obra clássica de T.H. Marshall em 1949 “Cidadania e Classe Social” como à cidadania civil, com ênfase em direitos e leis, à cidadania política, ou seja por participação no jogo político e à cidadania social. Por tal cidadania, social, todos os indivíduos teriam garantidos os direitos à segurança econômica e social, e à participação na riqueza acumulada pela nação.

Os tipos clássicos constituintes do conceito de cidadania são singularmente importantes quando se tem referência os jovens, como o direito à educação e ao trabalho e não ao azar hoje a ênfase a trabalho decente e educação de qualidade que no caso dos jovens pede operacionalização específica tendo em vista que os tempos de juventudes reúnem necessidades no hoje e o investimento em formação para o amanhã, o que não pode ser deixado às leis de mercado. Caberia, portanto apreender formatos existenciais e em momentos e espaços históricos específicos o que se entende por direitos e necessidades, além de discutir o acesso ao acervo dos serviços urbanos, desvendando desigualdades sociais e culturais ou o lugar de jovens nos aparatos educacionais e oportunidades de trabalho. Insiste-se que a relação juventude, cidadania e o ‘direito à cidade’ pede que se discuta necessidades que são priorizadas pelos jovens em específicas ambiências, como o caso dos jovens em favelas. Nesse caso as violências institucionais, as cidadanias que lhe são negadas, cobram sentido, considerando vivências e expectativas. O termo cidadania negada é tomada de empréstimo de Gentili e Frigotto (2001), contudo tais autores mais se referem a exclusões em relação a educação e trabalho. Já neste artigo ampliam-se referências, indagando diversas dimensões sobre níveis de vida dos jovens, violência e percepções sobre o Estado, em suas comunidades, via as UPPs., indiretamente acercamo-nos da interação entre cidadania e alteridade. Assim Holston (2013) enfatiza do conceito de cidadania um elemento que bem se aplica quando se focaliza uma população que vive desigualdades e violências várias e tem o sentido da sua distância em relação a outras:

[...] cidadania [pode ser] uma medida de diferença e uma forma de distanciar as pessoas, umas das outras. O termo lembra as pessoas do que elas não são- embora paradoxalmente, elas próprias sejam cidadãos – e

define os cidadãos como outros... [É] a cidadania diferenciada. (HOLSTON, 2013: 23)

Subliminarmente ao interesse em como os jovens retratam suas comunidades, violências e cidadanias negadas, a intenção de perceber em que medido os jovens favelados têm consciência do seu direito à cidade. Mas não se aprofunda neste artigo o debate que aqui se anuncia, qual seja o direito à cidade, como tal conceito foi desenvolvido por Henri Lefebvre em seu livro de 1968 *Le droit à la ville*. Lefebvre discute segregação socioeconômica no urbano. Discute a “tragédia dos *banlieusards*”, pessoas forçadas a viver em guetos residenciais longe do centro da cidade. “Perante este cenário, ele exige o direito à cidade como uma recuperação coletiva do espaço urbano por grupos marginalizados que vivem nos distritos periféricos da cidade. Na década de 90 as idéias de Lefebvre foram retomadas nas áreas de geografia e planejamento urbano, e se tornou o slogan de muitos movimentos sociais.” (in *Blog Action Day 2013*)

A ESPECIFICIDADE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E AS UPPS

O Estado do Rio de Janeiro desde final da década de 1980 investiu principalmente em armas para combater o tráfico de drogas nas favelas e, os traficantes também aumentaram o seu armamento. Pereira (2011) reforça esta posição afirmando que a explosão de violência, fruto da expansão e intensificação do tráfico de drogas na cidade (e mais recentemente das milícias), desde a década de 1980, trouxe uma nova roupagem para a falsa associação entre favela e marginalidade no imaginário da população. Muito explorada e alimentada pela mídia.

Soares (2011) discute o modelo tradicional do tráfico do Rio de Janeiro, apresentando-o como fruto de uma história sem bandidos e “mocinhos”. A geografia social, com as favelas em morros de difícil acesso para os que não a conhecem, e a aliança entre segmentos policiais e os traficantes propiciaram que o tráfico de drogas se fortalecesse naqueles territórios, combinando disputas internas entre as facções do tráfico pela hegemonia do negócio e um jogo de alianças e enfrentamentos entre polícia e tráfico. O poder do tráfico nas favelas foi garantido por um lado, pela intimidação pela força (armas, a organização militar) e a ambígua relação com a polícia.

A política/ação governamental, conhecida como UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), insiste-se, teria como foco comunidades que concentram historicamente a população pobre e que vinham sendo vitimizadas por ações do tráfico de

drogas, do crime organizado, além de serem palco de inúmeras violências, acumulando, portanto, vulnerabilizações sociais. As UPPs foram anunciadas como uma nova forma de fazer políticas no campo da segurança pública. Em princípio seria uma polícia que teria elo com as populações das comunidades, mais qualificada e supervisionada, a fim de evitar seu envolvimento em situações de corrupção e desrespeito aos direitos humanos. Essa política pretendia, também, abranger melhorias nas condições de vida das populações dessas comunidades.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública, do Governo do Estado do Rio de Janeiro haveria uma combinação entre segurança pública e segurança social na proposta das UPPs, quando um novo tipo de polícia, não corrupta e não violenta, ‘próxima’ da comunidade se associaria à presença de um Estado de bem estar social:

A Unidade de Polícia Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. [...] As UPPs representam uma importante ‘arma’ do Governo do Estado do Rio e da Secretaria de Segurança para recuperar territórios perdidos para o tráfico e levar a inclusão social à parcela mais carente da população. Hoje, cerca de 280 mil pessoas são beneficiadas pelas unidades.

Criadas pela atual gestão da secretaria de Estado de Segurança, as UPPs trabalham com os princípios da Polícia Comunitária. A Polícia Comunitária é um conceito e uma estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. O governo do Rio está investindo R\$ 15 milhões na qualificação da Academia de Polícia para que, até 2016, sejam formados cerca de 60 mil policiais no Estado (in www.upprj.com)-consultado em 24.10.2011.

Veloso e Werckmeister (2011) afirmam que o uso de “caveirões” (veículos blindados), tropas de elite simbolizadas pela “faca na caveira”, a premiação “faroeste” (comissão recebida pelos policiais diante das baixas causadas na criminalidade), o estímulo pela ‘guerra’ entre as forças de segurança pública e os traficantes encastelados nas comunidades carentes - “áreas quentes” ou “áreas de risco” (onde estão os inimigos) -, com a “incursão de tropas que mais se faziam assemelhar à deslegitimadas forças de ocupação” (p.02), e desta forma, as UPPs teriam como proposta contrapor estes modelos.

É lugar comum o reconhecimento de que sem investimentos em equipamentos e serviços públicos e sociais e na ampliação de oportunidades no campo da educação, do trabalho, da cultura e do lazer, entre outros, em particular para os e as jovens, estaria se reproduzindo um modelo que vem historicamente demonstrando sua falência, pelo qual segurança e combate a violências se resumiria a um caso de polícia pautado pela repressão.

O quadro 1, sintetiza justificativas para uma ação integrada, considerando os jovens de favelas, no Estado do Rio de Janeiro, que acionaram o Banco Interamericano de Desenvolvimento em cooperação com o Governo do Estado para dar chão social às intenções das UPPs e do Governo quanto a importância de serviços e equipamentos nessas favelas, de acordo com posições dos jovens nessas áreas³:

Quadro 1 - Extratos dos termos de referência inclusão social e oportunidades para juventude no Rio de Janeiro (BR - 11287) - mapeamento das demandas por serviços sociais de jovens moradores de áreas com unidade de polícia pacificadora e/ou áreas de vulnerabilidade econômica e social no estado do Rio de Janeiro – 2011

O Brasil possui, hoje, a terceira maior população habitante de favelas no mundo. Segundo projeções da ONU, se a atual taxa de expansão for mantida, 55 milhões de brasileiros serão favelados em 2020, o que equivale a 25% da população do país. Somente na cidade do Rio de Janeiro, entre 1991 e 2000, a população residente em favelas cresceu 24%, superando 18% da população total, que cresceu a taxas de 7% no mesmo período;

O contexto da favela ou de áreas de vulnerabilidade social é caracterizado pela escassez da presença do Estado, tanto em termos físicos como simbólicos. Na prática, isso se traduz na falta de serviços básicos como educação, saúde, habitação e segurança. Dados demonstram que, dentre as áreas da cidade do Rio de Janeiro consideradas pouco violentas, em que há boa oferta de serviços de infraestrutura, como os bairros de classe média da Zona Sul e da Zona Norte, apenas 1% é composto por favelas. Por outro lado, entre as regiões consideradas muito violentas, marcadas pela precariedade de serviços públicos, 82% são favelas⁴;

[...] O público-alvo prioritário da estratégia do Estado em áreas pacificadas [com UPPs] e/ou de vulnerabilidade social são os jovens entre 15 e 29 anos. Com efeito, sua vulnerabilidade social não é demonstrada apenas pelos indicadores de violência. Eles ficam claros na saúde, com prevalência de 26% de gravidez na adolescência entre jovens de 15 a 19 anos, e também na educação e no mundo do trabalho, em que 25% dos jovens da mesma faixa etária no estado do Rio de Janeiro não estudam nem trabalham.

(BID e SEASDH-2011 – s.r.b.).

A PESQUISA⁵

Dois caminhos metodológicos foram combinados: um quantitativo, por um *survey* com jovens em comunidades com UPPs; e, outro, qualitativo, por grupos focais e entrevistas em profundidade para conhecer histórias de vida dos jovens, circulação por diferentes instituições, como a família, a escola e os grupos de pares, percepções e projetos,

³ Note-se que a Pesquisa que dá chão a este artigo (ABRAMONAY e CASTRO (coord) (2012) teve apoio do BID e foi realizada neste marco, ou seja a identificação de acordo com as falas dos jovens que tipos de equipamentos e serviços queriam para suas áreas de residência

⁴ Pesquisa disponível no site: http://www.faperj.br/boletim_interna.phtml?obj_id=4946.

⁵ Extratos de ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; MACHADO DA SILVA, L. A.; PEREIRA LEITE, M.; FRIDMAN, L.C.; FARIAS, J.; VITAL, C.; ALMENDRA, D e SANTOS MATTOS, C. (2011) **Juventudes em comunidades com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs):** Perfil, expectativas e projetos para suas comunidades. Rio de Janeiro: FLACSO/ BID. Não publicado.

ênfatizando singularidades de acordo com as seguintes variáveis de controle, usadas nas tabulações do *survey*: sexo/gênero; ciclos etários quinquenais na coorte de 15 a 29 anos; ‘classe social’⁶; rendimento médio familiar e escolaridade. Neste artigo vamos explorar de forma mais aprofundada os dados do *survey*.

A pesquisa quantitativa analisa posições, diversidade entre os jovens quanto a perfis e percepções e tem perspectiva extensiva, ou seja, busca explorar uma série de dimensões, no plano de grandes números já que, recorre-se a uma amostra probabilística representativa do universo explorado, dezessete comunidades com UPPs.

A amostra⁷ e o trabalho de coleta, bem como a tabulação dos dados, de acordo com modelagem sugerida pela Coordenação da Pesquisa foram desenvolvidos pelo IBOPE Inteligência, empresa de pesquisa de opiniões e comportamento⁸.

O universo é composto por jovens entre 15 e 29 anos moradores das 17 comunidades com UPPs do município do Rio de Janeiro em setembro de 2011. O dimensionamento amostral compõe-se de 700 entrevistas, sendo 100 entrevistas em cada comunidade sorteada. A amostra foi selecionada em dois estágios: 1) No primeiro estágio, foi realizado um sorteio sistemático das comunidades, sendo que cada uma teve a mesma probabilidade de ser selecionada; 2) No segundo estágio, a seleção dos entrevistados, dentro da comunidade, foi feita utilizando-se cotas proporcionais, em função das seguintes variáveis: Sexo/gênero, idade e grau de escolaridade.

Note-se que se utilizou o método PPT (probabilidade proporcional ao tamanho), o que indica que resultou uma amostra com uma quantidade maior de UPPs de grande porte, mas que representam bem o perfil médio das 17 UPPs.

PERFILHANDO JUVENTUDES EM TERRITÓRIOS COM UPPS, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE SUAS COMUNIDADES

As análises seguintes se orientam pela perspectiva de que para melhor conhecer quem são os jovens em foco, no caso, residentes em comunidades com territórios em que foram implantadas as UPPs no Rio de Janeiro, há que se explorar o que seria comum a todos jovens e suas

⁶ O índice ‘classe’ segue o ‘Critério Brasil’, recorrendo aos seguintes indicadores: nível de escolaridade do chefe de família e elenco e número de eletro domésticos existentes no domicílio e outros bens. Ver sobre ‘Critério Brasil’ www.abep.org.br/codigosguias/ABEP_CCEB.pdf-consultado em 20.10.2011. Na Pesquisa correlaciona-se tal índice com renda familiar dos jovens, o que mais robustece a medida.

⁷ Parte elaborada pela equipe do IBOPE Inteligência.

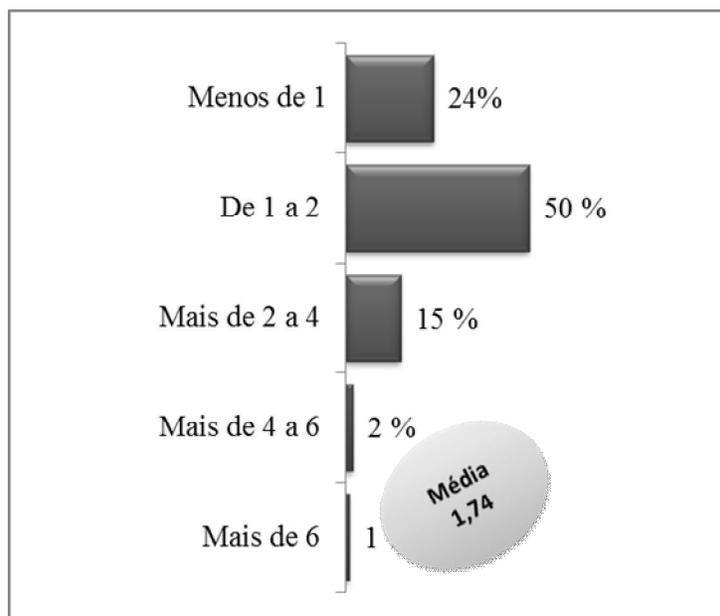
⁸ Ver <http://www.ibope.com.br/pt-br/ibope/quemsomos/unidadesnegocio/Paginas/Ibope-Inteligencia.aspx>

singularidades, considerando alguns marcadores como sexo/gênero, escolaridade e inserção no sistema de ‘classes sociais’ (ver nota 7) e renda familiar. A diversidade entre os jovens foi também analisada, distinguindo-se, os jovens adolescentes (15 a 17 anos), os jovens-jovens (18 a 24 anos) e os jovens adultos (25 a 29 anos).

A distribuição por sexo/gênero dos jovens entrevistados se alinha ao esperado: um ligeiro predomínio de mulheres. Entre os jovens nos territórios com UPPs, 48% são do sexo masculino e 52% do sexo feminino. Já na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com o censo de 2010, no total da população, chega a 47% a proporção de homens. A distribuição etária dos jovens (coorte entre 15 a 29 anos) também se alinha ao encontrado em várias pesquisas sobre juventudes (ver entre outros, Abramovay et al, 2006): A média é de 22 anos.

Mesmo em comunidades em que predominam pessoas de baixa renda, como os territórios focalizados, favelas com UPPs no Rio de Janeiro, com a maior probabilidade, pretos e pardos sobressaem mais que os brancos quanto à concentração nos estratos de baixa renda familiar (27% entre os de cor preta estão em famílias que perfazem menos de 1 salário mínimo; 26% entre os de cor parda, enquanto entre os brancos, esses não chegam a 20%). Considerando os jovens de mais baixa renda familiar, tem-se que 40% são de cor preta, 37% de cor parda e 20% brancos. No grupo de acima de dois salários mínimos, as diferenças não são tão marcantes, já que aí estão 33% dos de cor preta, 29% dos de cor parda e 35% dos que se classificam como brancos. O nível de pobreza dos jovens nessas comunidades é corroborado quando se recorre à variável renda familiar, segundo o salário mínimo. (Ver Gráfico 1).

Gráfico 1 - Distribuição dos jovens (15 a 29 anos) nos territórios com UPPs, segundo a renda familiar (salário mínimo), Rio de Janeiro - 2011.



Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades –(Abramovay e Castro-coord) FLACSO 2011.

Note-se que a média é de 1,74 salários, sendo que quase 25% vivem em famílias que estão no patamar de menos de 1 salário mínimo e que o nível de renda familiar em que cerca da metade dos entrevistados se concentra em 1 a 2 salários mínimos. Entre aqueles cujo grupo familiar se situa no nível de 2 a 4 salários mínimos, estão cerca de 15%. Vale notar que muitos jovens, principalmente os adolescentes não sabem informar sobre a renda familiar, principalmente os de 15 a 17 anos.

Escolaridade e Ocupação dos jovens

Quanto ao nível de escolaridade, observa-se, a maioria dos jovens se concentra no ensino fundamental II, independentemente do sexo/gênero e da idade, o que já alerta para defasagens idade e série. Assim, estão nesse nível de ensino: 31% do total de jovens; quase a metade dos adolescentes (15-17 anos) e cerca de um terço entre os jovens-jovens (18-24) e entre os jovens adultos (25-29 anos), respectivamente, 27% e 26%.

Mais da metade dos jovens interrompeu os estudos pelo menos uma vez em suas vidas. O ensino fundamental seria um ponto de corte de vida escolar nítido, já que 39% deixaram a escola nesse nível; sendo que 15% abandonaram os estudos no ensino médio, e no ensino superior 1%. Dos que deixaram a escola, 74% não voltaram, o que alerta para importância do abandono escolar na história de vida desses

jovens, tolhendo seus futuros. A passagem mais difícil parece ser do ensino fundamental para o ensino médio. Com maior probabilidade, os que interromperam os estudos, o fizeram quando no ensino fundamental: 21% entre os de 15 a 17 anos; 40% entre os que têm entre 18 a 24 e 48% entre os de 25 a 29 anos.

As principais razões de porquê os jovens abandonaram a escola são bem diferentes por sexo/gênero. Enquanto entre os homens, 59% deixaram de estudar porque precisaram trabalhar ou por falta de tempo, entre as mulheres, tal categoria concentra 23% das respostas. Entre as mulheres 51% deixaram de estudar porque ficaram grávidas ou tiveram filho. A falta de atrativos que exerce a escola entre os jovens é ilustrada pelo fato de que 25% afirmam ter abandonado a escola por cansaço ou desânimo. Tal motivo se destaca entre os adolescentes ao se comparar com jovens em outros ciclos etários. Entre aqueles, 38% selecionaram tal razão para indicar porque abandonaram a escola, enquanto entre os de 18 a 24 anos, 24% e entre os de 25 a 29 anos, 25%.

São muitas as razões relacionadas com a qualidade do ensino, citadas como impedimento para se continuar os estudos: não conseguiam entender (4%); o que a escola ensina não é útil (3%); não conseguiam acompanhar e entender/foi reprovado (4%); o ensino é fraco (2%). A violência também aparece como fator que afasta os jovens das escolas: brigas e expulsão (2%); medo e violência (2%); envolvimento com drogas (1%); ter sofrido preconceitos e discriminações (1%).

A gravidez como causa de abandono escolar é destacada principalmente pelas mulheres: 37% de tal resposta foi selecionada pelas jovens, enquanto 18% entre os jovens. Achado comum entre outras juventudes no Brasil (ver entre outros estudos Castro e Abramovay 2004).

Chama a atenção que a maioria dos jovens que deixaram a escola, não voltou a estudar (74%) e são os das 'classes' D e E os que menos retornam (90% entre esses).

Quanto à condição de ocupação, os dados também alertam que se trata de uma juventude diversificada, mas em situação de vulnerabilidade social: 55% estão ocupados e 45% desocupados.

A situação de precariedade, entre os que trabalham, varia quando se controla a escolaridade e a renda familiar dos jovens em territórios com UPPs. Contudo, mesmo entre os de mais alta escolaridade e em famílias com renda familiar acima de 2 salários mínimos, a proporção dos que trabalham e não têm carteira assinada não está tão distante daqueles com mais baixa escolaridade e renda familiar: 24% entre os que têm até a 4ª série do ensino fundamental e 15% entre os que têm até o curso médio completo ou superior.

A maior parte dos jovens que trabalham, o fazem fora da comunidade (67%). Mas os dados da Tabela 1 chamam a atenção para a importância da comunidade como local de emprego ou bico, principalmente para os jovens de famílias das ‘classes sociais’ D e E (51%) e para os adolescentes (48%).

Tabela 1- Distribuição dos jovens (15-29 anos), nos territórios com UPPs, segundo local do emprego/bico, considerando sexo/gênero, idade e ‘classe social’, Rio de Janeiro – 2011.

LOCAL DO EMPREGO	TOTAL	SEXO/GÊNERO		IDADE			‘CLASSE SOCIAL’(*)		
		Masculino	Feminino	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	B	C	D + E
Bases	(379)	(217)	(162)	(29)	(336)	(147)	(45)	(249)	(85)
Fora da comunidade	67%	67%	67%	52%	68%	69%	76%	71%	49%
Dentro da comunidade	33%	33%	33%	48%	32%	31%	24%	29%	51%

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades – (Abramovay e Castro-coord) FLACSO/BID 2011

(*) ‘classe social’ segundo o critério de classificação econômica Brasil, ver nota 7

P. O emprego/ bico fica na comunidade ou fora da comunidade?

Quando se analisa a relação entre estudo e trabalho e nível socioeconômico, os que não estudam e não trabalham estão mais em destaque entre os jovens em famílias mais pobres. Entre aqueles cujas famílias recebem menos de 1 salário mínimo, 46% dos jovens não estudam e não trabalham. Já entre os que estão em famílias acima de 2 salários mínimos, esses chegam a 14%. (Ver Tabela 2 a seguir).

Tabela 2 - Distribuição dos jovens (15-29 anos), nos territórios com UPPs, segundo a situação quanto a trabalho e estudo, considerando escolaridade e renda familiar -, Rio de Janeiro – 2011.

SITUAÇÃO QUANTO A TRABALHO E ESTUDO	TOTAL	ESCOLARIDADE				RENDA FAMILIAR		
		Até 4ª Série	5ª a 8ª Série	Médio Incompleto	Médio Completo + Superior	Menos de 1 salário mínimo	De 1 a 2 salários mínimos	Acima de 2 salários mínimos
Bases	(700)	(148)	(215)	(173)	(164)	(167)	(347)	(127)
Só trabalho	44%	55%	36%	32%	55%	34%	50%	53%
Só estudo	19%	7%	21%	35%	11%	16%	18%	21%
Estudo e trabalho	11%	3%	13%	15%	13%	5%	13%	12%
Não estudo e não trabalho	26%	34%	30%	17%	20%	46%	19%	14%

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades – (Abramovay e Castro-coord.) FLACSO/BID 2011.

P.: Em quais destas situações você se encaixa?

PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE VIOLÊNCIAS E AS UPPS. RIO DE JANEIRO, 2011

Note-se que, na pesquisa em pauta, se lida com uma peculiar juventude, com vivência em cotidianos de violência, em áreas dominadas pelo tráfico de drogas e violência policial. Portanto, suas percepções sobre tal tema e, em especial, sobre o sentido adquirido pela intervenção da chamada UPP adquirem importância.

Segundo os jovens de territórios com UPPs, as violências percebidas em suas comunidades de residência se destacam de forma impressionante, já que, deles, 97% se referem a algum tipo de violência: tráfico de drogas (28%); violência, sem especificar que tipo (26%); polícia violenta (21%); violência contra a mulher (12%); milícias⁹ (1%) e racismo (8%).

Considerando tipos de violência, os jovens selecionam principalmente a que os têm, quer como protagonistas, quer como vítimas, ou seja, briga entre jovens (49%). Os seguintes tipos de violências galvanizam a atenção de pelo menos 10% dos respondentes: agressão física (44%); ameaças (36%); violência policial (27%); lesão por bala perdida (17%); assassinato (14%) e violências de traficantes (12%). Note-se que não chegam a 10% os jovens que declaram que nunca sofreram ou presenciaram algum tipo de violência na comunidade, conforme o Gráfico 2, a seguir.

⁹ Grupos de policias ou ex policiais que atuam nas favelas, expulsando os traficantes e oferecendo 'proteção' aos moradores que por sua vez têm que pagar por tal proteção. As milícias vendem seus serviços, tanto de segurança como de prestação de utilidades, como gás, luz e transporte, entre outros, por coerção, obrigando os moradores a adquirí-los e por outro lado sendo os únicos fornecedores, por omissão do Estado.

Gráfico 1 - Distribuição dos jovens (15-29 anos) nos territórios com UPPs, segundo tipos de violência mais frequentes na comunidade. Rio de Janeiro – 2011



Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades. Rio de Janeiro: – (Abramovay e Castro-coord.) FLACSO/ BID, 2011.

P.: ‘Pelo que você sabe ou ouviu falar, qual destes tipos de violência é o mais frequente na sua comunidade?’

Considerando a complexidade das UPPs no cenário das comunidades analisadas, sendo essas codificadas por divergentes parâmetros, focalizam-se perspectivas dos jovens sobre essa política, destacando-se o caso da apreciação sobre a polícia, em tempos pré e pós-UPPs. Contudo, para evitar reificações, amplia-se o elenco de perguntas, já que as UPPs são consideradas não somente pelo aspecto da segurança policial.

A Tabela 3, a seguir, corrobora a assertiva comum na literatura brasileira, de que a relação entre juventude e polícia não é simples e se apresenta, por vezes, ambígua. Somente 6% dos jovens consideram que o serviço das UPPs é ótimo, sendo que, entre as jovens mulheres (8%), a representação proporcional é maior que entre os homens (4%). Para 29% dos respondentes, o serviço é bom e um pouco mais de um terço o considera regular. A tendência oposta teria uma representação similar, pois, entre os jovens, 13% classificam o serviço das UPPs como ruim (13%) e 17%, como péssimo. Os dados indicam, portanto, uma divisão clara de posições frente às UPPs, já que 36% consideram tal serviço como

ótimo ou bom, 33% como regular e 30% como ruim ou péssimo. (Ver Tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição dos jovens (15-29 anos) nos territórios com UPPs, segundo opinião sobre UPPs na comunidade, considerando sexo/gênero, idade e ‘classe social’. Rio de Janeiro – 2011.

AVALIAÇÕES SOBRE AS UPPS NA COMUNIDADE	TOTAL	SEXO/GÊNERO		IDADE			‘CLASSE SOCIAL’(*)		
		Masculino	Feminino	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	B	C	D + E
Bases	700	336	364	129	336	235	76	472	152
Ótimo (5)	6%	4%	8%	5%	7%	5%	4%	7%	6%
Bom (4)	29%	32%	27%	36%	26%	31%	36%	30%	26%
Regular (3)	33%	32%	33%	24%	35%	34%	28%	32%	37%
Ruim (2)	13%	13%	13%	12%	14%	12%	17%	12%	14%
Péssimo (1)	17%	18%	16%	20%	17%	16%	14%	18%	16%
Não sabe	1%	0%	1%	2%	0%	0%	0%	1%	1%
Não respondeu	2%	1%	2%	1%	2%	2%	1%	2%	1%
TOP BOX (*)	6%	4%	8%	5%	7%	5%	4%	7%	6%
TOP 2 BOXES	36%	36%	35%	41%	33%	36%	39%	36%	32%
BOTTOM BOX	17%	18%	16%	20%	17%	16%	14%	18%	16%
BOTTOM 2 BOXES	30%	31%	29%	33%	31%	28%	32%	30%	30%
Média	2,94	2,91	2,98	2,94	2,93	2,97	2,97	2,95	2,91
Desvio Padrão da Média	1,17	1,16	1,18	1,24	1,18	1,13	1,13	1,19	1,14

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades. Rio de Janeiro: – (Abramovay e Castro-coord) FLACSO/BID 2011.

(*) ‘classe social’ segundo o critério de classificação econômica Brasil, ver Nota 7

(**) Top Box, Top 2 Boxes/ Bottom Box, Bottom 2 Boxes: nas perguntas em que usamos uma escala, como, por exemplo, de ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo, o *top box* é o % de respostas para a opção “ótimo”. O Top 2 Boxes é a soma de “ótimo” e “bom”. Já o Bottom Box é a % de respostas para a alternativa “péssimo”, e Bottom 2 Boxes é a soma das opções “ruim” e “péssimo”. O objetivo de tais categorias é agregar essas alternativas e facilitar a análise.

P.: “Agora, para cada serviço da sua comunidade que eu citar, por favor, diga-me se você acha que ele é...”

Perguntados sobre a abordagem policial nas comunidades antes da implantação das UPPs e após, ou ‘atualmente’ (2011), identifica-se que, no período da Pesquisa, havia uma proporção maior daqueles que já foram abordados pela polícia (42%) do que antes da chegada das UPPs (33%). Mas não é claro visualizar mudanças no tipo de abordagem. Há um aumento, daqueles que quando entrevistados consideraram que estariam sendo abordados de forma desrespeitosa: 20% por policiais das UPPs; contra 16% por policiais, antes da chegada das UPPs.

De acordo com a Tabela 4, ‘classe social’ mais distancia os jovens quando se lhes pergunta sobre abordagem desrespeitosa pela polícia antes da chegada das UPPs: 22% daqueles na classe D e E; 16% dos jovens na classe C e 9%

dos enquadrados como da classe B dizem que eram abordados de forma desrespeitosa pela polícia antes da chegada das UPPs. Ou seja, quanto mais pobre, maior era a possibilidade de serem abordados de forma desrespeitosa na comunidade.

Tabela 4 - Distribuição dos jovens (15-29 anos) nos territórios com UPPs segundo suas avaliações sobre o tipo de abordagem pelos policiais na comunidade antes da chegada das UPPs, considerando sexo/gênero, idade e 'classe social'. Rio de Janeiro – 2011

AVALIAÇÃO DA ABORDAGEM POLICIAL NA COMUNIDADE ANTES DA CHEGADA DAS UPPS	TOTAL	SEXO/GÊNERO		IDADE			CLASSE SOCIAL(*)		
		Masculino	Feminino	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	B	C	D + E
Bases	(700)	(336)	(364)	(129)	(336)	(235)	(76)	(472)	(152)
JÁ FOI ABORDADO	33%	56%	10%	24%	34%	38%	24%	33%	37%
Foi abordado(a) de forma respeitosa	14%	23%	5%	11%	15%	14%	14%	14%	12%
Foi abordado (a) de forma desrespeitosa	16%	28%	5%	10%	15%	23%	9%	16%	22%
NUNCA FOI ABORDADO(A)	67%	43%	89%	76%	67%	62%	75%	67%	63%
NÃO SABE	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
NÃO RESPONDEU	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades. Rio de Janeiro: – (Abramovay e Castro-coord) FLACSO/BID 2011.

(*) 'classe social' segundo o critério de classificação econômica Brasil, ver Nota 7.

P.: 'E antes das UPPs, você já tinha sido abordado pela polícia na comunidade? Se sim, como foi a abordagem?'

O quadro sobre os sujeitos jovens que veem sendo abordados pela polícia em comunidades com UPPs hoje segue a mesma tendência do que foi antes descrito, ainda que variem alguns níveis em cada caso. Assim, hoje, como antes, com maior probabilidade são abordados pela polícia: os homens (32%, enquanto entre as mulheres 8%); os de mais baixa escolaridade (32% entre aqueles que estudam ou estudaram até a 4ª série e 12% entre os que possuem ensino médio completo ou superior) e os de renda familiar mais baixa (22% entre os que são de famílias com renda inferior a menos de 1 salário mínimo, enquanto o foram assim abordados, 17% entre aqueles acima de 2 salários mínimos), como mostram as tabelas 5 e 6.

Tabela 5 - Distribuição dos jovens (15-29 anos) nos territórios com UPPs, segundo avaliação do tipo de abordagem policial hoje em suas comunidades, considerando sexo/gênero, idade e ‘classe social’. Rio de Janeiro – 2011

AVALIAÇÃO DA ABORDAGEM POLICIAL HOJE NAS COMUNIDADES	TOTAL	SEXO/GÊNERO		IDADE			‘CLASSE SOCIAL’(*)		
		Masculino	Feminino	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	B	C	D + E
Bases	(700)	(336)	(364)	(129)	(336)	(235)	(76)	(472)	(152)
JÁ FOI ABORDADO	42%	72%	15%	50%	38%	44%	46%	41%	44%
Foi abordado (a) de forma respeitosa	20%	35%	6%	22%	18%	22%	25%	19%	22%
Foi abordado (a) de forma desrespeitosa	20%	32%	8%	23%	18%	20%	17%	21%	18%
Foi agredido (a)	2%	4%	1%	4%	2%	2%	4%	2%	3%
NUNCA FOI ABORDADO(A)	57%	27%	85%	50%	61%	55%	54%	58%	55%
NÃO SABE	0%	0%	1%	1%	0%	0%	0%	0%	1%
NÃO RESPONDEU	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades. Rio de Janeiro: – (Abramovay e Castro-coord) FLACSO/ BID, 2011.

(*) ‘classe social’ segundo o critério de classificação econômica Brasil, ver Nota 7.

P.: ‘Já foi abordado pelos policiais da UPP? Se sim, como foi a abordagem?’

Tabela 6 - Distribuição dos jovens (15 -29 anos) nos territórios com UPPs, segundo abordagem pelos policiais da UPP, considerando escolaridade e renda familiar. Rio de Janeiro – 2011

TIPO DE ABORDAGEM PELA POLÍCIA NA COMUNIDADE-DEPOIS DA CHEGADA DAS UPPS - PERCEPÇÃO DOS JOVENS	TOTAL	ESCOLARIDADE				RENDA FAMILIAR		
		Até 4ª Série	5ª a 8ª Série	Médio Incompleto	Médio Completo + Superior	Menos de 1 salário mínimo	De 1 a 2 salários mínimos	Acima de 2 salários mínimos
Bases	(700)	(148)	(215)	(173)	(164)	(167)	(347)	(127)
Foi abordado(a) de forma respeitosa	20%	22%	17%	21%	22%	17%	21%	20%
Foi abordado(a) de forma desrespeitosa	20%	32%	20%	17%	12%	22%	20%	17%
Foi agredido(a)	2%	2%	4%	1%	2%	2%	2%	4%
Nunca foi abordado(a)	57%	43%	59%	61%	64%	58%	57%	58%
Não sabe	0%	0%	0%	1%	0%	1%	0%	0%
Não respondeu	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades. Rio de Janeiro: – (Abramovay e Castro-coord) FLACSO/ BID, 2011.

P.: ‘Já foi abordado pelos policiais da UPP? Se sim, como foi a abordagem?’

Durante a Pesquisa, provocamos os jovens com uma frase crítica sobre as UPPs e lhes solicitamos que concordassem ou não, a fim de se ter parâmetros sobre sentidos dessa política para os respondentes: 55% dos jovens

concordam com a frase-estímulo, ou seja, ‘que as UPPs não vão dar em nada e tudo voltará a ser como antes’. É importante chamar a atenção que desde o início da implantação das UPPs a proposta era de uma ocupação permanente do território, no entanto a população nunca acreditou nessa possibilidade, afirmando que as UPPs durariam até terminar a Copa e que depois, a situação voltaria a ser como antes.

Tal posição independe do sexo/gênero, idade e ‘classe social’ dos respondentes. Encontram-se outras posições entre os jovens, 21% nem concordam, nem discordam e 22% discordam, como se observa na tabela 7.

Tabela 7 - Distribuição dos jovens (15-29 anos) nos territórios com UPPs, segundo opinião sobre a frase estímulo apresentada – “Essas UPPs não vão dar em nada, qualquer dia volta tudo como era”, considerando sexo/gênero, idade e ‘classe social’. Rio de Janeiro – 2011

“ESSAS UPPS NÃO VÃO DAR EM NADA, QUALQUER DIA VOLTA TUDO COMO ERA”	TOTAL	SEXO/GÊNERO		IDADE			‘CLASSE SOCIAL’(*)		
		Masculino	Feminino	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	B	C	D + E
Bases	(700)	(336)	(364)	(129)	(336)	(235)	(76)	(472)	(152)
Concordo	55%	53%	57%	52%	55%	56%	51%	56%	54%
Nem concordo, nem discordo (2)	21%	22%	21%	28%	19%	21%	22%	22%	18%
Discordo (1)	22%	23%	21%	19%	23%	23%	24%	21%	25%
Não sabe	1%	2%	1%	0%	3%	0%	3%	1%	2%
Não respondeu	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	1%
Média	2,33	2,30	2,36	2,33	2,34	2,33	2,28	2,35	2,30
Desvio Padrão da Média	0,82	0,83	0,81	0,78	0,83	0,82	0,83	0,81	0,85

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades. Rio de Janeiro: – (Abramovay e Castro-coord) FLACSO/ BID, 2011.

(*) ‘classe social’ segundo o critério de classificação econômica Brasil, ver Nota 7

P.: ‘Agora vou ler algumas afirmações e gostaria de saber o quanto você concorda ou discorda de cada uma delas’.

O caminho qualitativo da Pesquisa, realizado via grupos focais com os jovens, tende a corroborar que são diversos os tipos de percepções sobre a entrada das UPPs nas favelas, como observam jovens entrevistados na Cidade de Deus, considerando que houve melhorias na comunidade, em termos de garantir a circulação:

Você passa assim para ir a um posto de saúde, você tinha que passar no meio [dos traficantes armados] E a questão que queimavam as pessoas no meio da rua? Parecia que estavam fazendo uma fogueira com um tronco... Às vezes botavam até a pessoa dentro de pneu.

Quando eu vinha sempre para a escola, lembra, de manhã, sempre tinha pessoa morta ali no rio, na beira do rio, pelado. Aí, muito esquisito, tudo branco, pálido, eu fiquei cheia de medo, nunca mais eu passo por ali. Teve uma vez que um bandido deu um tiro na cabeça de um

cara e ela voou no chão. E aí que o cara foi lá, pegou com a mão assim, ó, o miolo, da cabeça. Minha mãe sabe disso. Pegou o miolo da cabeça, correu e jogou dentro do bueiro. Aí pegou o corpo do cara, jogou em cima de um sofá e tocaram fogo, na [rua] 13. “Toda sexta-feira tinha corpo queimado” (Grupo focal, jovens).

Também são vários os depoimentos críticos, inclusive colhidos no âmbito de outra pesquisa realizada em favelas, no caso Pavão Pavãozinho, com outro objetivo, como discutir convivência escolar (ABRAMOVAY, 2011b), quando, de forma espontânea mencionam as UPPs. Sublinha-se a tutela exercida pelos policiais das UPPs, imposta de diversas formas, como controlar os espaços, a circulação dos jovens, realizar revistas violentas e outros abusos de poder: *A gente quer comer um lanche e não pode, porque eles fecham tudo no bairro; Eu também fui parado por policiais, tava vindo do bar porque tinha ido comprar bala que eu tinha tomado uma caipira, aí eu não tinha nada, o policial me deu um chute e a gente não pode agredir ele, só pode apanhar.*

Na mesma pesquisa, os depoimentos de pais corroboram as observações dos jovens:

Eu tenho 30 anos aqui no morro. Acho que as UPP têm que sair, porque está demais. Não respeita ninguém, até tiro semana passada eles deram, eles não queriam saber nem se tinha criança e ninguém. Sorte que bateu na birosca da moça, e o polícia foi esperto, pegou a cápsula da bala e desceu correndo. Isso que a gente chega em cima do major e ele não resolve. Aí, a gente pega pedra e pau e taca em cima deles, a gente é abusado. Não é, é que eles batem também, eles têm que apanhar. (Grupo focal, pais).

Nada disso sai no jornal? Até o tiro que eles dão eles pegam a cápsula e leva. Quando os repórteres sobem no morro e o capitão já conversa com eles por ali. Não pode ter pagode, você quer fazer uma festa e não pode, eles mandam abaixar o som. Eles entram na festa armado e manda parar tudo. (Grupo focal, pais).

Na Pesquisa base para este artigo, também são vários os depoimentos destacando críticas ao comportamento da polícia, que se materializa tanto por violências nas abordagens quanto no abuso de poder, desrespeitando códigos de vida das comunidades:

Aí o cara que vai para a comunidade para oferecer segurança está debochando da cara do morador e querendo esculachar o morador, por isso que eu achava que quando tinha a bandidagem era bem melhor. (Grupo focal, jovens).

[...] depois de tantos anos, você convivendo com o risco em sua comunidade, o risco do tráfico, você acaba se habituando a certas regras, a certos cotidianos. E, de repente, essa mudança é radical, é bruta... Até onde isso é bom ou ruim? Sem fazer apologia ao crime, quando havia o poder paralelo dentro da comunidade, quando acontecia qualquer problema, tipo furto... essas coisas,

você sabia a quem recorrer e você sabia que seu produto ia ser recuperado... Hoje, com a UPP, aí você chega para reclamar. Faz um registro de ocorrência e ninguém está nem aí. Parece que estão aí para dar uma resposta social. Mas, aqui dentro, a gente vê a grande dificuldade que é. Eles abusam do poder que têm, achando-se superiores a tudo. Pedem pra você se identificar. Nasci e fui criado aqui e, ainda que não fosse, é o direito de ir e vir.

Eles precisam aprender a abordar os jovens, porque eles batem de frente mesmo [...]. O problema é bem isso. Polícia permanente no morro. Ninguém tinha esse hábito. Forçaram sem diálogo. (Grupo focal, jovens)

A Pesquisa nos sugere que os jovens residentes em favelas, por suas histórias de vitimização, por convivência cotidiana com distintos tipos violências, e principalmente pela participação da polícia nestas, e por sua distância e tratamento discriminatório não desconstroem o sentido de insegurança, de não cidadania com a chegada da Lei, via a UPP, que não necessariamente se lhes configura como uma nova polícia.

Segundo a percepção dos jovens, em particular pelo histórico de indiferença do Estado, se a favela é referida como a nossa comunidade, o governo e a nação são estranhos, são o outro.

Cidadania requer reconhecimento de ter direitos, inclusive o de pleiteá-los, ter a quem se queixar e exigir cumprimento de leis. Não é este o substrato material e simbólico que caracteriza a percepção dos jovens. Se a polícia, o Estado são o outro, ganha sentido de porto, a comunidade, como mais se explora na seção seguinte.

PERCEPÇÕES SOBRE A COMUNIDADE

Explora-se na Pesquisa uma série de questões que indicam como os jovens percebem a comunidade de residência, seu sentido de pertença, apreciação sobre serviços e um tema estratégico para essa geração, o lugar onde eles são sujeitos, aqueles que organizam suas formas de diversão, festas e atividades lúdicas.

É expressiva a proporção de jovens que declaram que não têm vontade de mudar da comunidade, sugerindo sentido de pertença. Esses se destacam entre os jovens de sexo masculino e os das 'classes' D e E, contudo, também são muitos nas demais categorias identitárias. Mas não é para desprezar o contingente que sim, tem vontade de mudar da comunidade (quase um terço). Com maior visibilidade entre esses, as mulheres, os mais velhos e os de famílias enquadradas como de 'classe B' (34%; 34% e 36% respectivamente). (Ver Tabela 8). Mas é entre os mais escolarizados que é maior a expressão dos que gostariam de se mudar: 40% entre os jovens de curso médio completo ou

cursando o superior; enquanto entre aqueles com fundamental incompleto a proporção é bem menor, 20% (ver Tabela 9). Já o efeito renda familiar se alinha ao encontrado quando se discute a relação entre ‘classe’ e vontade de mudar da comunidade, ou seja, é um pouco mais alta a proporção dos que gostariam de se mudar entre os que estão em família com mais de 2 salários mínimos de renda familiar, 31%, comparados aos outros coortes por renda, por exemplo, 24% dos jovens em famílias com menos de um salário mínimo de renda familiar estariam nesse grupo (Tabela 9).

Tabela 8 - Distribuição dos jovens (15-29 anos), em territórios com UPPs, segundo a vontade de mudar-se ou não da comunidade, considerando sexo/gênero, idade e ‘classe social’, Rio de Janeiro – 2011.

VONTADE DE MUDAR OU NÃO DA COMUNIDADE	TOTAL	SEXO/GÊNERO		IDADE			‘CLASSE SOCIAL’(*)		
		Masculino	Feminino	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	B	C	D + E
Bases	(700)	(336)	(364)	(129)	(336)	(235)	(76)	(472)	(152)
Sim	29%	23%	34%	26%	27%	34%	36%	29%	24%
Não	70%	76%	65%	73%	72%	66%	63%	70%	75%
Não sabe/Não respondeu	1%	1%	1%	2%	1%	0%	1%	1%	1%

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades – (Abramovay e Castro-coord.) FLACSO/BID 2011.

(*) ‘classe social’ segundo o critério de classificação econômica Brasil, ver Nota 7.

P. “Atualmente, você gostaria ou não gostaria de mudar desta comunidade?”

Tabela 9 - Distribuição dos jovens (15-29 anos), nos territórios com UPPs segundo a vontade de mudar-se ou não da comunidade, considerando escolaridade e renda familiar, Rio de Janeiro – 2011.

VONTADE DE MUDAR OU NÃO DA COMUNIDADE	TOTAL	ESCOLARIDADE				RENDA FAMILIAR		
		Até 4ª Série	5ª a 8ª Série	Médio Incompleto	Médio Completo + Superior	Menos de 1 salário mínimo	De 1 a 2 salários mínimos	Acima de 2 salários mínimos
Bases	(700)	(148)	(215)	(173)	(164)	(167)	(347)	(127)
Sim	29%	20%	30%	25%	40%	24%	31%	31%
Não	70%	80%	68%	74%	60%	75%	68%	67%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades – (Abramovay e Castro-coord.) FLACSO/BID 2011.

P. “Atualmente, você gostaria ou não gostaria de mudar desta comunidade?”

Um valor caro aos jovens é a liberdade de ir e vir, o que mais modela o conceito de comunidade, por apropriação

do espaço. A tabela 10 sugere que os entrevistados não tendem a críticas, já que 57% consideram como ótimo ou boa a possibilidade de circulação pela comunidade.

Mas é significativa também a proporção de jovens que avaliam como regular tal possibilidade (30%), assim como não há que desprezar o fato de que 12% selecionaram a alternativa “ruim ou péssima” quando lhes foi perguntado como avaliavam tal dimensão.

Note-se que nas exposições de motivos sobre a importância do Programa UPPs, as autoridades costumam frisar que com a presença do Estado nas favelas se estaria possibilitando os moradores circularem sem medo, o que no caso dos jovens, não parece ser tão privilegiado.

Tabela 10 - Distribuição dos jovens (15-29 anos) nos territórios com UPPs segundo avaliações sobre possibilidade de circulação pela comunidade, considerando sexo/gênero, idade e ‘classe social’, Rio de Janeiro – 2011.

AVALIAÇÕES SOBRE POSSIBILIDADE DE CIRCULAÇÃO PELA COMUNIDADE	TOTAL	SEXO/GÊNERO		IDADE			‘CLASSE SOCIAL’(*)		
		Masculino	Feminino	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	B	C	D + E
Bases	(700)	(336)	(364)	(129)	(336)	(235)	(76)	(472)	(152)
Ótimo	14%	14%	15%	16%	14%	14%	17%	15%	9%
Ótimo e Bom	57%	57%	57%	61%	57%	54%	62%	58%	49%
Regular	30%	29%	31%	29%	29%	34%	28%	28%	38%
Ruim e Péssimo	12%	13%	11%	10%	14%	10%	9%	13%	11%
Não se aplica	1%	1%	1%	0%	1%	1%	1%	1%	1%

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades – (Abramovay e Castro-coord.) FLACSO/BID 2011.

(*) classe social segundo o critério de classificação econômica Brasil, ver Metodologia.

P.: ‘Agora, para cada serviço da sua comunidade que eu citar, por favor, diga-me se você acha que ele é ...’

Para melhor dimensionar como os jovens se sentem ou não parte de um projeto de nação e a inclusão de suas comunidades em tal projeto, se lhes perguntou sobre eventos que vinham, em 2011, como ainda veem, mobilizando o país, a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Indagados sobre ‘como se situam em relação à Copa do Mundo e as Olimpíadas’, mais da metade (64%) afirmam que esses eventos trarão desenvolvimento para o Rio de Janeiro. No entanto, chegam a 15% os que discordam de tal afirmação, e 20% nem concorda e nem discorda.

Mas o sentido de exclusão e de reconhecimento de desigualdades sócioespaciais é claro, uma vez que mais da metade (54%) dos jovens concordam com a expressão de

que tais eventos beneficiarão apenas as áreas mais ricas. Os que discordam somam 19% e chegam a 25% os que não concordam nem discordam.

Especificamente, quando o foco é a comunidade, tende-se a alguma polarização, já que um pouco mais de um terço concordam (37%) que as Olimpíadas e a Copa do Mundo trarão desenvolvimento para a comunidade, enquanto um pouco menos de um terço (26%) tende à indiferença, já que não concordam nem discordam, enquanto 35% discordam. (Ver Tabela 11).

Tabela 11 – Distribuição dos jovens (15-29 anos) nos territórios com UPPs, segundo opinião sobre a Copa do Mundo e as Olimpíadas, Rio de Janeiro – 2011.

ORIENTAÇÕES SOBRE AS FRASES ESTÍMULO	“A COPA DO MUNDO E AS OLIMPÍADAS NO BRASIL TRARÃO DESENVOLVIMENTO PARA O RIO”	“A COPA DO MUNDO E AS OLIMPÍADAS NO BRASIL TRARÃO DESENVOLVIMENTO APENAS PARA AS ÁREAS MAIS RICAS”	“A COPA DO MUNDO E AS OLIMPÍADAS NO BRASIL TRARÃO DESENVOLVIMENTO PARA A COMUNIDADE”
Concordo (3)	64%	54%	37%
Nem concordo, nem discordo (2)	20%	25%	26%
Discordo (1)	15%	19%	35%
Não sabe	1%	1%	2%

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades –(coord. Abramovay e Castro) FLACSO/BID 2011.

P.: “Agora vou ler algumas afirmações e gostaria de saber o quanto você concorda ou discorda de cada uma delas.”

Quando a referência é a comunidade, amplia-se o horizonte crítico e proativo dos jovens, considerando que ‘o governo se quisesse mudaria para melhor as condições de vida da comunidade’. Mas se posicionam pela expressão de que ‘cabe à juventude exigir tal querer e alavancar mudanças na comunidade, mas se for unida e exigente’. Desta forma uma cidadania ativa (ver Benevides 1991) é anunciada, aquela em que o sujeito considera que há que conquistar seus direitos por sua união e ação (Segundo a Tabela 12, abaixo, 77% dos jovens concordam com a frase estímulo ‘é possível melhorar a condição de vida nesta comunidade, é só o governo querer’, e proporção próxima também concorda que ‘as coisas aqui na comunidade só mudam se o pessoal jovem se unir e exigir’. Então, se cabe ao governo querer, cabe aos jovens se mobilizar para que mudanças na comunidade ocorram, sugerem as respostas da Tabela 12. Mas se alerta para a presença de um sentido de “apatia” e desencanto inclusive com a possibilidade dos jovens favelados virem a ser sujeitos de uma outra história: 15% e 19% nem concordam nem discordam das frases estímulos.

Tabela 12 - Distribuição dos jovens (15-29 anos) nos territórios com UPPs, segundo opinião sobre mudança na comunidade e papel do governo e da juventude, Rio de Janeiro – 2011.

TIPO DE ORIENTAÇÃO SOBRE A FRASE ESTÍMULO	FRASES ESTÍMULO	
	“É POSSÍVEL MELHORAR A CONDIÇÃO DE VIDA NESTA COMUNIDADE, É SÓ O GOVERNO QUERER”	“AS COISAS AQUI NA COMUNIDADE SÓ MUDAM SE O PESSOAL JOVEM SE UNIR E EXIGIR”
Concordo (3)	77%	70%
Nem concordo, nem discordo (2)	15%	19%
Discordo (1)	7%	11%
Não sabe	0%	1%

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades – (Abramovay e Castro, coord.) - FLACSO/BID 2011.

P.: ‘Agora vou ler algumas afirmações e gostaria de saber o quanto você concorda ou discorda de cada uma dela.’

SEM FINAL, CIDADANIAS POR AINDA CONQUISTAR

No corpo do artigo se destaca cidadanias negadas de vários tipos, por uma população jovem que se caracteriza por exclusões no plano da educação, do trabalho, por convivência com violências, como atores e vítimas e por circulação em territórios de distintas carências quanto a serviços e equipamentos. Era de se esperar o encontrado, a baixa adesão ao que se lhes apresenta como segurança pública, o programa de UPPs, para muitos uma roupa nova para a repressão policial histórica.

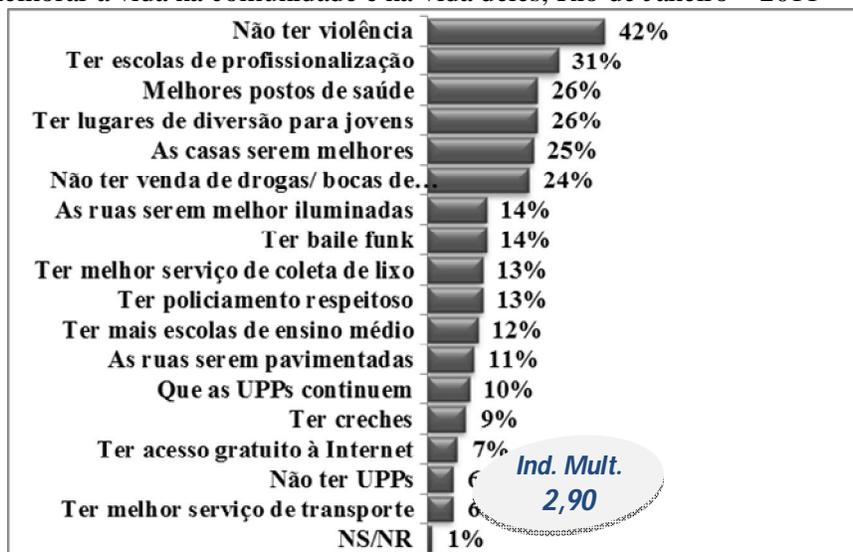
Mas nem por isso se lhes codifica como vítimas inertes, sem possibilidades de algum tipo de cidadania ativam ainda que não claro com qual projeto coletivo. São comuns manchetes as manifestações de revoltas nas favelas contra abusos da polícia, assassinatos de moradores da comunidade.

Quando se lhes pergunta na Pesquisa ‘o que propõem como melhoria na comunidade e nas suas vidas’, considerando o elenco de opções sugeridas houve poucas negativas de respostas e a hierarquia de suas seleções bem indicam orientação por melhoras e o desconforto com as violências. Há, portanto consciência de cidadanias negadas e uma sutil afirmação de que têm direitos a uma comunidade/cidade e a serem cidadãos.

Eles e elas propõem principalmente investimentos para que não se tenha na comunidade violência (42%); que se venha a ter escolas profissionalizantes (31%); melhores postos de saúde e lugares de diversão para os jovens (26%); que as casas sejam melhores (25%) e que não haja venda de drogas e bocas de fumo (24%). Entre 10 a 14% dos jovens indicaram a importância de que as ruas sejam mais bem

iluminadas e que haja bailes funk (14% para cada tipo de melhoria); melhor serviços de coleta de lixo e policiamento respeitoso (13% em cada caso); ter mais escola de ensino médio (12%) ter ruas pavimentadas (11%). Já 10% propõem que as UPPs continuem. Mas, nota-se que 6% sugerem que não tenha mais UPPs na comunidade. (Ver Gráfico 12).

Gráfico 12 - Distribuição dos jovens (15-29 anos) nos territórios com UPPs, segundo o que consideram importante para melhorar a vida na comunidade e na vida deles, Rio de Janeiro – 2011



Fonte: Juventudes em Comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades – (coord. Abramovay e Castro)-FLACSO/BID 2011.

P.: ‘O que poderia ser feito, na sua opinião, para melhorar a sua vida e a comunidade?’

Os estudos sobre juventudes insistem na vontade como um fator impulsor de trajetórias juvenis. Para que esses se sintam como atores e atrizes de mudança, quer em nível coletivo, quer em nível pessoal faz mister acreditar em um projeto. ‘Qual?’, perguntaria o coro grego.

Costuma-se alertar de que esses são tempos de desencanto e de descrédito, o que possivelmente mais se aplique a uma população que vem há muito sofrendo injustiças e é vitimizada por diversos tipos de violências, além de estigmatizada, como é o caso da população em áreas de favela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; MACHADO DA SILVA, L. A.; PEREIRA LEITE, M.; FRIDMAN, L. C.; FARIAS, J.; VITAL, C.; ALMENDRA, D e SANTOS MATTOS, C. **Juventudes em comunidades com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs): Perfil, expectativas e**

projetos para suas comunidades. Rio de Janeiro: FLACSO/BID. Não publicado, 2011

ABRAMOVAY, M. (coord.) **Conversando sobre Violência e Convivência nas Escolas**. Rio de Janeiro, FLACSO, OEI, MEC, 2011b.

ABRAMOVAY, M. ; CASTRO, M. Garcia (Coords.) ; Sousa (Org.) ; ALVES DE SOUZA, A. N.; SOUZA LIMA, F. e

PINHEIRO, L . **Juventude, Juventudes: O que Une e O que Separa**. 1. ed. Brasília: UNESCO, 2006

BENEVIDES, L. G. et. al. **Segurança Pública e Direitos Humanos no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Direito e Práxis, v. 03, n. 02, 2011.

BENEVIDES, M. V. de M. **A Cidadania Ativa. Referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular**, Ed Ática, São Paulo, 1991

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. e SILVA, L. B. **Juventudes e Sexualidade**. UNESCO, Brasília, 2004

GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. A Cidadania Negada. Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho. São Paulo, Cortez, 2001

HOLSTON, James **Cidadania Insurgente. Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil**. Cia das Letras, São Paulo, 2013

MARSHALL, T., **Citizenship and Social Class**, ed Paper Back, London, 1949

PEREIRA, L.A.S. **As Recentes Políticas Públicas Nas Favelas Cariocas: Mais Do Mesmo?** Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica: II Semestre 2011. p. 1-13

SILVA, F.M. **Unidade de Policiamento Pacificadora – UPP: um processo de democratização dos espaços favelados no Rio de Janeiro?** Revista Democracia Viva n. 45 Julho/2010 – IBASE

SOARES, L.E. **Além do bem e do mal na cidade sitiada**. In Caderno Aliás, Jornal Estado de São Paulo, em 20.11.2011

VELOSO, F. G.; WERCKMEISTER, A. P. **Unidade de Polícia Pacificadora: Um breve panorama a partir da**

primeira experiência. Revista de Estudos Jurídicos, Ano IV-
Nº 02 – 2011

WACQUANT , L **As Duas Faces do Gueto** Ed Boitempo,
São Paulo, 2008

Sites consultados

UPP - Unidade de Polícia Pacificadora -
www.upprj.com/index.php/faq, consultado em 19.4.2014

Blog Action Day 2013, - **O que é o Direito à Cidade?**
<http://rioonwatch.org.br/?p=7921> consultado em 23.04.2014
www.abep.org.br/codigosguias/ABEP_CCEB.pdf-consultado
em 20.10.2011

[http://www.ibope.com.br/pt-
br/ibope/quemsomos/unidadesnegocio/Paginas/Ibope-
Inteligencia.aspx](http://www.ibope.com.br/pt-br/ibope/quemsomos/unidadesnegocio/Paginas/Ibope-Inteligencia.aspx).